

Governadores são o trunfo do Planalto para rachar oposição

Tarcísio Holanda

As principais lideranças do Congresso já sabem que o PMDB não tem mais condições de manter sua bancada coesa e independente do Planalto, como ocorreu durante a votação do Plano Collor II. Os governadores eleitos pelo partido vão assumir estados quebrados e não terão como resistir às pressões palacianas para que manipulem suas bancadas dentro da orientação do Governo.

Os próprios líderes do PMDB estão informados de que o Governo entrou em contato com todos os governadores do partido, pressionando para que suas bancadas apoiem a posição oficial, inclusive para derrotar o projeto de lei complementar do deputado Nelson Jobim que estabelece restrições ao uso das medidas provisórias pelo presidente da República. Nas últimas horas, alguns líderes partidários se encarregaram de avisar o líder do PMDB na Câmara dos Deputados, Genebaldo Correia, a respeito da impossibilidade de manter sua bancada coesa e independente do Governo.

O ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, manteve contato telefônico, nas últimas horas, com alguns governadores do partido, encarecendo a colaboração de todos. "Os governadores estão recebendo estados falidos, não

terão como resistir ao Governo. O próprio Genebaldo terá que se equilibrar como um acrobata para evitar uma cisão interna", adverte o líder do PTB na Câmara dos Deputados, Gastone Righi.

O Governo propõe-se a ajudar os governadores a resolver o problema de endividamento dos seus estados, além de oferecer posições federais à indicação deles. "É evidente que isso tem contrapartida. Os governadores não deixarão de colaborar com o Planalto", adverte um experiente líder governista.

Sem estardalhaço, discretamente, o Governo vai atender a indicações políticas de seus correligionários, desde que não se choquem com o princípio já estabelecido de "competência e probidade". Um parlamentar do PFL, que não quis se identificar, revela que muitas das indicações que estavam engavetadas no Ministério da Justiça "vão sair".

Esse mesmo político explicou que o Governo reteve as indicações porque estava tratando com um Congresso em final de mandato. O ex-ministro da Justiça, Bernardo Cabral, disse, várias vezes, na intimidade, que seria constrangedor atender a um parlamentar e depois tomá-lo a indicação, caso não fosse reeleito.

Com um novo Congresso, já conhecendo a nova correlação

de forças, o Governo terá melhores condições de atender aos seus seguidores correligionários sem chegar a fazer um loteamento semelhante ao que foi levado a efeito pela Nova República, em face das tortuosas negociações que Tancredo Neves estabeleceu no conjunto de heterogêneas forças que o apoiavam. A idéia é consolidar a base de sustentação atual e ampliar o apoio através de entendimentos diretos com os novos governadores dos diversos partidos. "Nem o Brizola deixará de colaborar, em certos momentos", prevê um velho político do PFL.

Consciente dessas dificuldades internas, o deputado Genebaldo Correia deverá adotar uma postura pragmática no encaminhamento de questões dentro de sua bancada. Certamente, ele não vai estimular nenhum patrulhamento interno para não entrar em curso de colisão com os governadores do partido, uma força respeitável na bancada.

Os governadores mais sensíveis à pressão do Palácio são Iris Rezende, de Goiás, Jader Barbalho, do Pará, Moisés Avelino, do Tocantins, Ronaldo Cunha Lima, da Paraíba, e o próprio Fleury Filho, de São Paulo. Roberto Requião, do Paraná, que andou falando grosso no início, mostrou-se mais compreensivo nos últimos dias.